

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Jovens trabalhadores de baixa renda e os novos sentidos da qualificação.

Maria Inês Caetano Ferreira.

Cita:

Maria Inês Caetano Ferreira (2009). *Jovens trabalhadores de baixa renda e os novos sentidos da qualificação*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1415>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Jovens trabalhadores de baixa renda e os novos sentidos da qualificação

Maria Inês Caetano Ferreira
Unicamp
inescaetano@uol.com.br

Esta comunicação aborda os impactos dos novos sentidos da qualificação, ancorados no paradigma do modelo de competências, sobre os modos de inserção na atividade de jovens de baixa renda. Analisamos resultados da pesquisa “Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas”, que foi desenvolvida conjuntamente pela Ação Educativa e Instituto Ibi, e também a de doutoramento, sobre as trajetórias de jovens trabalhadores residentes numa favela em São Paulo. A primeira pesquisa apresenta dados sobre formas de atividade de jovens no país, a segunda, estuda trajetórias de trabalho de jovens da favela, suas experiências e mudanças recentes ocorridas no mercado de trabalho.

JOVENS E TRABALHO NO PAÍS

Na pesquisa “Jovens e trabalho no Brasil ...”, foram analisados dados da PNAD/IBGE/2006 para todo o país. A população jovem foi dividida em quatro grupos: trabalha e estuda, só trabalha, não estuda nem trabalha e só estuda. Essa população foi segmentada nas seguintes faixas etárias 14-15, 16-17, 18-21, 22-24 e 25-29 anos. Desse modo, buscamos compreender as diferenças nas formas de inserção na atividade nesses diversos momentos da vida. Foram investigados os dados sobre posição

na ocupação, escolaridade, contribuição previdenciária e outros, sob o recorte das variáveis de cor/raça, sexo e rendimento familiar. Nesta comunicação apresentamos, resumidamente, algumas informações sobre os que trabalham e estudam e só trabalham, utilizando uma variável apenas, a do rendimento per capita familiar, por meio da qual a população foi dividida em dois grupos, o dos que possuem os 20% maiores rendimentos e dos que possuem os 40% menores rendimentos (Corrochano e outros, 2008)¹.

Os dados mostram alta porcentagem de indivíduos mais novos sob condições precárias de trabalho, situação abrandada ao longo das faixas etárias. A maior precarização dos mais jovens pode ser explicada pela pouca qualificação, em virtude da menor escolaridade e experiência de trabalho acumulada que resulta na ocupação em postos simples. Destacamos as desigualdades nas formas de participação de jovens com menores rendimentos familiares, em relação aos com maiores rendimentos. Entre esses primeiros é mais elevada a porcentagem de trabalhadores sob condições precárias, persistindo em todas as faixas etárias. Concluimos, então, que, nesse caso, os benefícios da qualificação conquistada pela experiência de trabalho acumulada ou escolaridade são limitados².

As informações sobre idade de ingresso na atividade e posição na ocupação descortinam a desigualdade entre jovens com menores e maiores rendimentos familiares. Na faixa de 14-17 anos já observamos jovens com 40% menores rendimentos na atividade, exclusivamente, a maioria, nas posições de empregado sem registro na carteira de trabalho, trabalhador não remunerado, trabalhador doméstico sem registro na carteira e autoconsumo e autoconstrução. A quantidade de registrados só se eleva aos 18-21, tornando-se predominante apenas nos 22-24 anos³. Em contraste, os jovens com 20% maiores rendimentos familiar que só trabalham ingressam na atividade apenas nos 18-21 anos, sinalizando melhores oportunidades para a dedicação exclusiva aos estudos até a conclusão do ensino médio. Eles ingressam, majoritariamente, na posição de assalariado com carteira assinada, sob proteção da legislação trabalhista.

Em relação ao grupo dos que estudam e trabalham, constatamos movimento semelhante ao anterior, porém, alguns aspectos merecem destaque. Os com menores rendimentos também iniciam a atividade aos 14-15 anos, nas mesmas posições dos que só trabalham, porém, a elevada porcentagem

¹ A publicação, com todos os dados e tabelas da pesquisa, está disponível no seguinte endereço: < <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/jovensnotrabalhoBrasil.pdf> >

² Sobre esse tema, Cacciamali e Braga (2003: 396) argumentam sobre a relevância da proibição da ocupação dos menores de 16 anos, para que, até essa idade, seja possível aos indivíduos o desenvolvimento pleno de suas capacidades. A pouca qualificação profissional justifica a ocupação desses indivíduos em postos simples e as autoras explicam as diversas razões para tal emprego.

³ O emprego no mercado informal indica vulnerabilidade porque escapa à regulação da legislação trabalhista, a qual impõe limites à exploração da força de trabalho e protege o trabalhador nos períodos de inatividade compulsória (Ferreira: 2006, 51). Além disso, a informalidade pode remeter à ocupação em atividades de sobrevivência, sugerindo a incapacidade de absorção pelo setor moderno do mercado de trabalho (Kon: 2004, 78).

dos sem registros perdura ao longo de todas as faixas etárias. Somente aos 25-29 anos, o número dos com registros supera – com pequena vantagem – a dos sem registro. A persistência do alto grau de informalidade, entre esses indivíduos, indica que a escolaridade, por si só, não garante oportunidade de ocupação no mercado formal. Os jovens com 20% maiores rendimentos familiar ingressam na atividade na faixa de 16-17 anos, com pequena vantagem na porcentagem dos não registrados sobre os registrados. Todavia, na faixa seguinte (18-21), o total de registrados ultrapassa a dos não registrados.

Pela análise dos dados gerais da PNAD sobre escolaridade, para todas as faixas etárias, observamos as melhores oportunidades de estudo para os com melhores rendimentos. No grupo dos que só trabalham, 49% dos jovens com melhores rendimentos possuem ensino médio completo e 26,9% concluem o superior. Ao contrário, entre os com menores rendimentos, mais da metade (52,5%) possui apenas o fundamental completo. Essa desigualdade também se dá entre os que trabalham e estudam, pois enquanto 63% dos com melhores rendimentos frequentam o ensino superior; entre os com menores rendimentos, 51,9% frequentam o ensino médio e 31,8% ainda frequentam o fundamental. Essas informações ratificam as preocupações em relação à qualidade do ensino oferecido, a partir da recente expansão da oferta de vagas do ensino público⁴.

Por fim, analisemos as desigualdades em relação à contribuição para a Previdência, que é a contrapartida para o benefício no período de inatividade (acidentes, doenças e aposentadoria). No Brasil, os benefícios desvinculados da contribuição (como Bolsa Família e Benefício de Proteção Continuada) não se estendem a todos os cidadãos, mas somente àqueles sujeitos à condição de pobreza (Ferreira, 2007). De modo geral, é elevada a porcentagem de brasileiros que não contribuem para a Previdência, remetendo à massa de ocupados no mercado informal.

Os dados descortinam a desigualdade entre jovens trabalhadores no acesso à proteção social. A mais alta taxa de contribuintes entre os com menores rendimentos que só trabalham ocorre apenas aos 25-29 anos (36,7%), que é inferior à metade dessa população. Diversamente, entre os com maiores rendimentos, nessa faixa, 77,4% são contribuintes. Merece destaque que estes últimos só ingressam na atividade aos 18-21 anos e a maioria já na condição de contribuinte (66,9%). Entre os com menores rendimentos, aos 18-21 anos, somente 25,1% contribuem. No grupo dos que trabalham e estudam, os com maiores rendimentos ingressam na atividade aos 16-17 anos, sendo que 31,6%

⁴ Madeira (2006: 150) chama atenção para os problemas de “eficiência interna” do sistema de educação básica do país, destacando que o recente processo de expansão de vagas fez-se acompanhar da distorção série-idade, já que muitos alunos não completam as séries no período regular.

como contribuintes, contra somente 6,4% dos com menores rendimentos. A maior porcentagem de contribuintes entre estes últimos se dá na faixa de 25-29 anos (39,8%), contra os 76,8% dos com maiores rendimentos. As desigualdades no acesso à proteção social remetem à precariedade dos postos de trabalho aos quais os trabalhadores com menores rendimentos têm acesso.

AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DOS JOVENS DE UMA FAVELA DE SÃO PAULO

Na pesquisa para doutoramento foram entrevistadas doze famílias de jovens entre 14 e 24 anos, residentes em uma favela, localizada em região valorizada pelo mercado imobiliário e, por isso mesmo, com acesso mais facilitado a bens públicos (como escolas, transporte, infra-estrutura) e investimentos privados (os quais se associam à oferta de empregos) em comparação a regiões não valorizadas pelo mercado. O método de pesquisa adotado foi o estudo de trajetórias de pais e filhos, envolvendo as diversas facetas da vida, como o trabalho, a escola, o consumo, a conquista da moradia e o processo migratório (Ferreira, 2003).

Levantamento quantitativo na favela indicou que o rendimento de mais da metade da população (52,4%), no período da pesquisa (início desse século), era de até três salários mínimos. Isso aproxima o perfil dos jovens entrevistados aos dos que possuem menores rendimentos da pesquisa “Jovens e trabalho no Brasil”. Entre os entrevistados, somente dois possuíam ensino médio completo e mais dois estavam concluindo essa série. A maioria tinha ensino fundamental completo ou incompleto, havia abandonado os estudos há tempo e não pretendia regressar à escola; exceto dois deles, ambos com 14 anos, que ainda completavam o fundamental e ingressariam no médio. A primeira explicação para o abandono dos estudos é o ingresso na atividade, mas, nos relatos, fica claro que a falta de compromisso com uma escola que não corresponde aos objetivos e às necessidades desses jovens influi nessa decisão⁵.

Exceto uma entrevistada, com 14 anos, que nunca havia trabalhado, todos os outros ingressaram na atividade antes dos 14 anos. Os migrantes já trabalhavam no setor agrícola no local de origem e os nascidos em São Paulo começaram a fazer bicos desde muito cedo. Denílson (18 anos) catava bolinha numa escola de tênis, ao lado da favela, aos 11 anos de idade. Ao longo de um ano e meio, ele ia à

⁵ Os entrevistados reclamaram da falta de estrutura das escolas, da freqüente ausência de professores, do baixo comprometimento dos docentes em explicar os conteúdos de maneira que os alunos pudessem aprender, da baixa capacidade dos docentes controlarem a indisciplina nas salas de aula, da baixa atratividade do conteúdo das matérias, distantes da realidade e dos interesses dos alunos e, finalmente, da aprovação continuada, que parece não premiar o esforço daqueles que se dedicam aos estudos em comparação com os que não estudam. Essa realidade parece confluir para os argumentos de Dayrell, Leão e Reis (2007:61), para quem a escola formal prioriza a forma de transmissão de conteúdos, sem estimular a participação direta dos alunos na produção do conhecimento e nem abrigar as diversidades na escola. Esse modelo contribuiria para afastar os jovens da escola.

escola de manhã e trabalhava, quase todos os dias, das 16 às 23 h. Depois desse trabalho, ele passou a fazer bicos, carregando mudança nas costas e material de construção dentro da favela, além de auxiliar em serviços de construção. Robson (14 anos) auxiliava o pai nos trabalhos de jardinagem e de construção civil. Michele (20 anos) empregou-se como doméstica, aos 15 anos, trabalhando de domingo a domingo (com uma folga quinzenal) e, porque morava na casa dos patrões, a jornada se iniciava de manhã e só terminava à noite.

Os aspectos comuns nas trajetórias desses jovens com ingresso precoce na atividade são a ocupação em postos simples, jornadas extremas (muito longas ou muito curtas), a baixa remuneração, a informalidade dos vínculos e a sua curta duração e o desenvolvimento de atividades com conteúdos simples, que não guardam relação uma com as outras. A curta trajetória de Denílson exemplifica essa situação: ele começou como catador de bolinhas de tênis, depois foi carregador na favela, em seguida distribuiu panfletos promocionais para uma agência de turismo e seu último trabalho fora como lavador de carros em um posto de gasolina. Esse tipo de trajetória, comum à maioria dos entrevistados, dificulta o desenvolvimento de uma carreira determinada, acumulando conhecimento e experiência para a qualificação. É certo que, ao se ocuparem nesses vários diferentes postos, os jovens ampliam conhecimentos e habilidades importantes. Porém, nos processos seletivos de empresas no mercado formal, uma trajetória linear é mais valorizada do que essa diversificada e aleatória experiência de trabalho.

Os sofisticados empreendimentos residenciais e comerciais na vizinhança da favela favorece o desenvolvimento de diversos programas sociais, que promovem algumas oportunidades, inclusive de trabalho, não muito comuns a essa população. A análise da trajetória de duas jovens entrevistadas, ambas com ensino médio completo, desvenda os elementos de uma trama social, na qual a maioria dos jovens se ocupa com trabalhos precários e uma minoria alcança posições privilegiadas.

Kelly (17 anos) e Simone (21 anos) participaram de atividades educativas e artísticas de uma ONG, sediada perto da favela, patrocinada por instituições privadas, que prepara os jovens para apresentações de dança e música no país e no exterior. A ONG atende jovens de toda cidade, oferecendo aulas de artes, reforço em matérias básicas como inglês e português e outras atividades, como informática. Os jovens frequentam o programa até, no máximo, 18 anos; porém a maioria permanece curto período. Todavia, alguns se engajam nas propostas e uma minoria consegue empregar-se na organização. Esse foi o caso de Kelly, contratada com registro na carteira para desenvolver atividades de escritório. Simone entrou no projeto aos 12 anos, começou como estudante

de percussão até tornar-se professora. Na época da entrevista, ela realizava os contatos da ONG com os interessados na apresentação de shows. Essas duas jovens se sentiam realizadas com suas atividades, desenvolvendo-se como profissionais e também como pessoas. O engajamento na ONG despertou o interesse pelos estudos, estimulando a transferência da escola da favela para outras, mais bem avaliadas, na mesma região. Simone ingressara no curso superior de música. Por causa das apresentações artísticas, elas conheciam países da Europa e muitas cidades do Brasil, mantinham contatos com professores, artistas, políticos, jornalistas, enfim, com uma diversidade de grupos, com os quais aprenderam novos valores e padrões de comportamento. As jovens moravam com suas famílias na favela, onde viviam outros parentes e amigos que lhes eram importantes. Elas frequentavam vários espaços por toda a cidade, não se limitando à região da favela e essa mobilidade espacial – relacionada aos compromissos de trabalho ou sociais – é um elemento que as diferencia dos outros entrevistados, que permanecem nesse espaço delimitado, convivendo com indivíduos muito semelhantes a eles.

Os empregos que as duas jovens conseguiram na ONG representam um privilégio, em comparação aos outros entrevistados. Pois, trata-se de posto de qualidade, cujo conteúdo exige a aplicação de conhecimentos adquiridos na escola. O registro na carteira possibilita a comprovação da experiência de trabalho com qualificação a um futuro empregador no mercado formal. Uma das dificuldades dos outros entrevistados no processo de busca de trabalho é exatamente a impossibilidade de comprovar experiência anterior. Destacamos, ainda, a oportunidade delas desenvolverem habilidades atualmente prestigiadas no mercado de trabalho, a saber: capacidade de relacionamento com indivíduos e com valores e padrões de comportamento diversificados, de transitar por diversos mundos, de manipular informações diversas. Entretanto, devemos ressaltar que as características pessoais das duas jovens contribuíram na contratação. Isso porque ambas pareceram engajadas com os valores preconizados pelo programa da ONG, como a ênfase na importância dos estudos, na perseverança e na disciplina. Além disso, destacamos que a aparência das duas jovens é um pouco diferente da dos outros entrevistados, as suas roupas e o comportamento (modo de falar, de gesticular etc.) são mais refinados do que os dos outros. Na verdade, embora ambas se sintam orgulhosas do local de moradia, a aparência não anuncia ao interlocutor tratar-se de garotas que moram na favela. Em contraste, a aparência de Denilson denuncia sua condição de vulnerabilidade social. Esse jovem perdeu um dos dentes da frente e, por isso, não foi selecionado para trabalhar numa cadeia internacional de lanchonetes, a despeito de sua reconhecida capacidade técnica.

A valorização das capacidades subjetivas dessas jovens aponta para o processo mais amplo de revisão dos significados de qualificação e competência, o qual é examinado por Dubar (1998). Esse autor explica que, numa fase inicial, a qualificação se relacionava com a habilidade do profissional. Depois, ela passou a se vincular ao posto de trabalho, às demandas das máquinas, associando-se ao conhecimento e às experiências acumuladas na trajetória de trabalho e de escola (Manfredi, 2007: 16). Nos tempos recentes, destaca Dubar (1998), a qualificação se refere às normas gerenciais, envolvendo a qualificação social, a valorização de qualidades pessoais, subjetivas (abrangendo a capacidade relacional). No modelo fordista, os aspectos que traduziam a qualificação eram claros e objetivos, no modelo de competência, eles foram individualizados, remetendo às características particulares do indivíduo. Segundo Manfredi (2007: 17), a imprecisão da noção de competência se associa à própria flexibilidade do atual modelo de produção e de gerenciamento.

Sorj (2000) chama a atenção para o fato de que a atual vinculação entre capacidade para o trabalho e características pessoais se relaciona com as demandas do setor de serviços, o qual se impõe como matriz na organização de sistemas de organização do trabalho. Essa autora explica que nesse setor, em virtude de as atividades envolverem a relação com o cliente, exige-se que o trabalhador seja sorridente, amigável, satisfaça o cliente. O problema é que tais características consideram traços como aparência, idade, sexo, raça e outros. Desse modo, esse modelo pode contribuir para a discriminação contra trabalhadores que não correspondem ao perfil avaliado como o mais acertado para representar a marca da empresa no contato direto com os clientes.

O desenvolvimento de habilidades relacionais é um dos objetivos dos programas sociais na favela, porém, diferentemente de Kelly e Simone, muitos jovens preferem conservar seus próprios valores e padrões de comportamento, que talvez estimulem menos essa capacidade relacional. Merece destaque que esses valores e padrões de comportamento, que talvez estimulem menos a habilidade relacional, não impediram os pais dos jovens de se empregarem, mesmo de modo precário, porque nessa época não se requeria tais competências subjetivas. Todavia, nos tempos atuais, os entrevistados enfrentam problemas para se empregarem porque parte dos trabalhos antes executados por seus pais desapareceu e, por outro lado, algumas novas ocupações exigem habilidades cujo desenvolvimento lhes são complicadas. Vale ressaltar que muitos programas sociais promovem oportunidades de emprego formal na favela. Porém, a maior parte dos jovens locais não corresponde ao perfil requerido, que combina conhecimento técnico com habilidades subjetivas. Tal situação cria desigualdades entre os jovens na favela, já que apenas alguns têm acesso a esse mercado mais dinâmico e de melhor qualidade. A mobilidade da maioria é restrita, assim como o acesso a diferentes

estoques simbólicos, redundando em maior dificuldade para desenvolver as habilidades relacionais. Em suma, a valorização das competências subjetivas intensifica as desigualdades nas formas de participação no mercado de trabalho e ainda estigmatiza valores e modos de comportamento que não se ajustam aos elementos prestigiados pelo mercado de trabalho.

Bibliografia

- CACCIAMALI, M. C., BRAGA, Thaiz. Política e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil. In: CHAHAD, J. P. Z., CACCIAMALI, M. C. **Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho.** São Paulo: LTr, 2003, 395-423.
- CORROCHANO, M.C., FERREIRA, M.I.C, FREITAS, M.V. e SOUZA, R. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa: Instituto Ibi, 2008.
- DAYRELL, J., LEÃO, G. e REIS, J. B. dos. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, M. P. (coord.) **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2002, 47-82.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade**, ano XIX, n.64, , 1998, p. 87-103.
- FERREIRA, M.I.C. O Programa Bolsa Família e o sistema de proteção social no país. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.17, p. 707-719, Ab/Jun, 2007.
- _____. Violência na solidariedade: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista. São Paulo: Editorial Humanitas, 2006.
- _____. Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite na capital paulista. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) USP, São Paulo.
- KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- MADEIRA, F. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A A. (org.). **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p.139-169.
- MANFREDI, S.M. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, A.M. e FREITAS, J.C. de (orgs) **Políticas públicas e qualificação: desafios atuais.** São Paulo: A+ Comunicação, 2007, p. 11-36.
- SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, n.43, junho de 2000, 26-44.